

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.662 - SP (2018/0301920-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**
AGRAVADO : **GERCINO FERNANDES DE SOUZA**
ADVOGADO : **TARCILA DEL REY CAMPANELLA - SP287261**
AGRAVADO : **PHILIPS DO BRASIL LTDA**
ADVOGADOS : **JOÃO ALBERTO CAIADO DE CASTRO NETO - SP207971**
GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A
RENATA OLIVEIRA DE MENEZES E OUTRO(S) - SP250589
SILVIO ROBERTO CELEGUINI JUNIOR - SP295461

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s):

- i)* ausência de violação do art. 1.022, II, do CPC/15;
- ii)* não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados (art. 35-E, §2º, da Lei 9.656/98 e art. 478 do CC/02); e
- iii)* incidência da Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbice(s): Súmula 7/STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro, por equidade, os honorários fixados anteriormente em R\$ 2.000,00 (e-STJ, fls. 332/333) para R\$ 2.500,00.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra

esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

